

LOPES, ISIDORO DIAS

*militar; rev. 1893; rev. 1924; rev. 1932.

Isidoro Dias Lopes nasceu no município de Dom Pedrito (RS) em 30 de junho de 1865. Segundo Válder Spalding, era filho do padre José Tavares Bastos Rios, vigário local, e foi criado pela família Dias Lopes.

Entrou para o Exército como voluntário em março de 1883, sentando praça no 13º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. Coursou depois a Escola Militar dessa cidade, passando à condição de alferes-aluno em janeiro de 1889. Em 15 de novembro desse ano apoiou a instauração da República, de cujos ideais era ardente propagandista. Foi promovido a alferes em outubro de 1890 e a tenente em abril de 1891, passando então a servir no 50º Regimento de Cavalaria, sediado em Bajé (RS).

Com a deflagração da Revolução Federalista em fevereiro de 1893, abandonou o Exército e juntou-se às forças rebeldes que combatiam o governo estadual de Júlio de Castilhos e o governo federal de Floriano Peixoto, passando a atuar como chefe do estado-maior das tropas lideradas pelo caudilho Gumerindo Saraiva. A guerra civil envolveu numerosos contingentes militares locais e se estendeu ao Paraná e a Santa Catarina, terminando em agosto de 1895 com a assinatura da chamada Paz de Pelotas, que selou a derrota dos rebeldes. Isidoro partiu então para o exílio em Paris, de onde retornou, anistiado, em 1896. No ano seguinte foi reincorporado ao serviço ativo do Exército e prosseguiu seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Promovido a capitão em janeiro de 1900, a major em junho de 1910 e a tenente-coronel em dezembro de 1917, cumpriu nesses anos funções burocráticas em escolas militares e quartéis, e exerceu comando de tropa em Corumbá (MS), no Rio de Janeiro e nas cidades gaúchas de Bajé, Uruguaiana e Cruz Alta. Desenvolveu também intensa atividade jornalística, publicando artigos na *Revista da Escola Militar* do Rio de Janeiro e em diversos jornais, particularmente na *Gazeta Pedritense*, editada em sua cidade natal até 1918.

A REVOLTA DE 1924 E A FORMAÇÃO DA COLUNA PRESTES

A década de 1920 foi marcada por uma série de rebeliões empreendidas por setores militares, principalmente por jovens oficiais chamados genericamente de “tenentes”, que criticavam o desvirtuamento do modelo político republicano pelas oligarquias dominantes. O primeiro desses movimentos armados eclodiu em guarnições militares do Rio e de Mato Grosso no dia 5 de julho de 1922, em protesto contra o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca, decretados pelo governo de Epitácio Pessoa, e contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República, e foi rapidamente sufocado.

Empossado em 15 de novembro de 1922, Artur Bernardes governou sob estado de sítio, agravando a tensão existente nos setores civis e militares de oposição que, no início do ano seguinte, começaram a organizar um movimento armado para depor o presidente. Residindo na cidade de São Paulo, já general reformado, Isidoro tornou-se um dos principais articuladores da revolta, formulando junto com o ex-presidente Nilo Peçanha um plano de trabalho. Em outubro, viajou para o Rio Grande do Sul a fim de avaliar a receptividade do movimento junto aos oficiais que ali serviam. Nessa época, ainda estava em curso revolução deflagrada em janeiro de 1923 e encerrada em novembro seguinte com a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

A conspiração ganhou novo fôlego em dezembro de 1923, quando os oficiais envolvidos no levante de 1922 foram enquadrados no artigo 107 do Código Penal, que previa como punição a perda de patente e a expulsão do Exército. Depois dessa decisão, vários desses oficiais desertaram e se incorporaram à preparação do movimento, entre eles os irmãos Joaquim e Juarez Távora, capitães do Exército. No início de 1924, os militares envolvidos na conspiração discutiram a escolha de um chefe para o movimento, lembrando os nomes de Isidoro Dias Lopes, Augusto Ximeno de Villeroy e Odílio Bacelar Randolpho de Melo, todos reformados, além dos militares da ativa Bertoldo Klinger e Miguel Costa. A escolha final recaiu sobre Isidoro, que, segundo as opiniões recolhidas, reunia todas as qualidades necessárias para chefiar o movimento, reveladas durante os combates da Revolução Federalista e as manobras regulares do Exército.

Ao assumir o comando, Isidoro viajou por São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul a fim de verificar pessoalmente a disposição dos militares que participavam da conspiração. Enquanto isso, os irmãos Távora completavam o levantamento das forças aliadas,

percorrendo Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Depois dessas viagens, os líderes revolucionários voltaram a se reunir na capital paulista e analisaram a situação das guarnições visitadas, buscando classificá-las como aliadas, auxiliares ou inimigas. A maioria das unidades estacionadas em São Paulo, Minas e Paraná foi considerada favorável ao movimento.

Em 24 de fevereiro, em nova reunião realizada em Jundiaí (SP), ficou definido que o tenente-coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos e o major Bertoldo Klinger passariam a integrar o estado-maior revolucionário. Depois de efetuar novo balanço da relação de forças, os organizadores do movimento divergiram contudo quanto à data da sua deflagração. Um grupo de oficiais liderado por Joaquim Távora pregava a passagem imediata à ação militar, enquanto Klinger e outros participantes da reunião consideravam essa opção prematura. Como consequência da vitória da primeira posição, o início do movimento foi marcado para o dia 28 de março. Entretanto, essa data foi posteriormente modificada em virtude do afastamento de Klinger e das dúvidas sobre a adesão do 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna, nos arredores da capital paulista.

Joaquim Távora tornou-se no período seguinte o principal colaborador de Isidoro. Os dois elaboraram juntos o plano de ocupação da capital paulista, apresentado pelo primeiro em uma reunião realizada no dia 13 de maio. Era prevista uma ação militar de curta duração na cidade, a ser iniciada pelo Regimento de Cavalaria da Força Pública sob o comando do major Miguel Costa, e pelo 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) sediado no bairro de Santana, que cercariam as demais unidades da Força Pública para intimá-las a aderir à revolução, sob ameaça de bombardeio. Nesse momento, os destacamentos rebelados já contariam com o apoio do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada (2º GIAP), vindo de Quitaúna, e de elementos do 4º Regimento de Infantaria (4º RI). Garantida a supremacia militar na cidade, os revolucionários ocupariam o palácio do governo, o telégrafo e as estações ferroviárias, deslocando em seguida para fora da capital dois contingentes. O primeiro tentaria ocupar o porto de Santos (SP) ou, pelo menos, bloquear os pontos de passagem da serra do Mar. O outro procuraria consolidar posições no vale do rio Paraíba, fazendo a junção com o 5º e o 6º RI, sediados em Lorena (SP) e Caçapava (SP), cuja adesão ao movimento era esperada. Os revolucionários consideravam que, se essas operações fossem realizadas com êxito, estaria assegurado o apoio das guarnições sediadas no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande

do Sul e na região sul de Minas Gerais, criando-se então as condições para a ofensiva em direção do Distrito Federal. Contavam também com a adesão das forças que seriam enviadas para combater o movimento.

Depois de apresentado o plano, os participantes da reunião fixaram para o dia 28 de maio o início do levante, mas, mais uma vez, a data teve que ser modificada. Finalmente, no início de junho, Isidoro e Joaquim Távora definiram a madrugada de 5 de julho de 1924 para desencadear as ações, como forma de homenagem ao movimento de 1922. Dessa vez não houve necessidade de adiamento. No dia 4 de julho, as primeiras peças de artilharia do 2º GIAP começaram a ser conduzidas para o centro da capital paulista sob o comando do tenente de Oliveira. Na madrugada seguinte, um grupo de oficiais comandados por Joaquim Távora ocupou o quartel do 4º BC, armou 80 praças e se dirigiu para o quartel-general da Força Pública. Enquanto isso, a unidade comandada por Miguel Costa tomou o 2º e o 4º batalhões dessa corporação, prendendo o coronel Domingos Quirino Ferreira e o general Abílio Noronha, respectivamente comandantes da Força Pública e da 2ª Região Militar (2ª RM). Isidoro participou pessoalmente da prisão do general Noronha, que já havia comunicado a eclosão do levante ao ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho.

Conquistado o quartel-general da Força Pública, Isidoro aí instalou o comando revolucionário. Ao anoitecer do dia 5, as forças rebeldes já haviam ocupado as estações da Luz, da Sorocabana, do Brás e da Cantareira, além do hotel Terminus. No segundo dia de luta, uma companhia do 5º RI e todo o 6º RI, comandado pelo major Raul Cabral Velho, aderiram à revolta, mas ao anoitecer os primeiros reforços legalistas começaram a penetrar na cidade. Ao amanhecer do dia 7, tropas da Marinha e do forte de Itaipus (SP) chegadas de Santos iniciaram o bombardeio contra as posições rebeldes nos quartéis do bairro da Luz. Dessa forma, falhou um elemento decisivo do plano original, que previa uma ocupação fulminante da capital, liberando tropas para a realização de ações ofensivas e enlaces com contingentes aliados de outras regiões. Diante da nova situação criada pela presença de fortes bastiões legalistas no perímetro urbano da capital, o general Isidoro optou pela retirada das tropas rebeldes em direção a Jundiaí (SP), sede do 2º Grupo de Artilharia de Montanha. Essa decisão provocou um atrito entre os chefes revolucionários, pois Miguel Costa defendia a posição oposta, acreditando num desfecho favorável da luta pelo controle

da cidade. A divergência chegou a ameaçar a unidade do comando e levou Isidoro a cogitar da renúncia à chefia do movimento.

As tropas rebeldes só conseguiram ocupar o palácio do governo no dia 7, forçando Carlos de Campos, presidente do estado, a se refugiar no prédio da Secretaria de Justiça e, pouco depois, abandonar a cidade junto com seus auxiliares diretos. Os membros do governo estadual dirigiram-se então para Moji das Cruzes (SP), onde se encontrava o general Eduardo Socrates, comandante da 1ª Região Militar, normalmente sediada no Rio. Na madrugada do dia 9, depois de quatro dias de intensa luta, as forças legalistas se retiraram da capital paulista e os rebeldes consumaram o controle da cidade.

Entretanto, essa ocupação tardia comprometeu de forma decisiva toda a campanha revolucionária, pois impediu o deslocamento de tropas para Santos e o vale do Paraíba, conforme previa o plano original. O destacamento embarcado no encouraçado *Minas Gerais* já controlava o principal porto paulista, enquanto a concentração de tropas legalistas comandadas pelo general Socrates no vale do Paraíba impediu a adesão das forças mineiras consideradas simpáticas à revolução. O cerco da capital paulista foi completado a leste com a ocupação do ramal da São Paulo Railway e ao sul com o reforço das posições governistas do ramal de Itararé (SP). Dessa forma, os insurretos ficaram sitiados, passando a travar uma guerra defensiva.

Nesse contexto, autoridades municipais e empresários da indústria e do comércio da capital iniciaram entendimentos com os chefes revolucionários para tentar minimizar os prejuízos econômicos que o prolongamento da luta provocava. No dia 9 de julho, em reunião com o prefeito Firmiano Pinto e com o presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, Isidoro se comprometeu a facilitar o trabalho da administração municipal, reiterando essa disposição em novo encontro realizado no dia seguinte. Nessa ocasião, apoiou a iniciativa de formação de um serviço de policiamento da cidade para reprimir os saques, cada vez mais frequentes, contra armazéns, lojas e depósitos de mercadorias. A seu pedido, Firmiano Pinto procurou em seguida Fernando Prestes, vice-presidente do estado, para lhe oferecer a chefia do governo, vacante com a fuga de Carlos de Campos. Com a negativa de Prestes, que era partidário de Bernardes, Isidoro propôs que o marechal Odílio Bacelar, o tenente-coronel Olímpio Mesquita de Vasconcelos e Macedo Soares — que se tornara figura central nas negociações com os chefes revolucionários — formassem uma

junta de governo. Essa ideia também não foi implementada, pois o presidente da Associação Comercial preferiu não romper seus vínculos com Carlos de Campos.

A cidade de São Paulo, sitiada pelas forças legalistas, estava submetida a intenso bombardeio, que atingia duramente a população civil. As autoridades municipais e as entidades representativas do comércio e da indústria formaram então uma comissão que passou a articular a abertura de negociações entre os contendores, dirigindo um apelo ao presidente da República pela suspensão dos bombardeios. Em troca, os rebeldes também cessariam o fogo da sua artilharia. Macedo Soares obteve permissão de Isidoro para transmitir essa mensagem pela Companhia Telefônica em 12 de julho, mas, no mesmo dia, o general Setembrino de Carvalho, em nome do governo, respondeu negativamente à proposta.

Com o agravamento da situação, Macedo Soares solicitou no dia 16 a mediação do general Abílio de Noronha, que se encontrava preso pelos rebeldes, a fim de sustar a destruição da cidade. No dia seguinte Isidoro começou a negociar com o comandante da 2ª RM, apresentando suas condições iniciais para a assinatura de um armistício, que incluíam o afastamento de Artur Bernardes e a formação de um governo provisório composto de “nomes nacionais de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários”. Para a chefia desse novo governo, sugeria o nome de Venceslau Brás. Discordando das condições transmitidas por Isidoro, o general Noronha desistiu do papel de mediador junto ao governo federal. Instado por Macedo Soares a apresentar uma solução constitucional para a crise, Isidoro propôs então que Bernardes renunciasse ao cargo e fosse substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Junto com as negociações, a luta prosseguia. No dia 19, Joaquim Távora morreu em consequência de ferimentos recebidos em combate. Em 26 de julho, aviões legalistas lançaram boletins sobre a cidade pedindo que a população se retirasse do perímetro urbano a fim de que as tropas legalistas pudessem agir livremente contra os rebeldes. Diante dessa ameaça, as negociações de paz foram intensificadas. Macedo Soares solicitou ao general Sócrates um cessar-fogo de 48 horas, enquanto Abílio de Noronha foi encarregado de levar às forças legalistas a nova proposta de Isidoro: negociar o armistício em troca de uma anistia ampla aos implicados nas revoltas de 1922 e 1924. O governo, entretanto, recusou-se a negociar. Isidoro decidiu então ordenar a retirada das tropas rebeldes na noite de 27 de

julho, pois o prosseguimento da resistência na cidade, apesar de viável por mais dez ou 15 dias, “seria a ruína da vida econômica do Brasil e... a maior das ingratidões para com um povo que soube compreender a nobreza dos nossos fins”. Redigiu um manifesto à população, comunicando a resolução de “transferir a sede do governo provisório e do comando geral das forças libertadoras para o interior”.

As tropas retirantes foram transportadas por ferrovia até Bauru (SP), onde se concentraram no dia 29 de julho contando com três mil homens, entre soldados do Exército e da Força Pública, além de voluntários civis. Isidoro permaneceu no comando desse contingente, que recebeu o nome de Divisão São Paulo, e prosseguiu a retirada na direção sudoeste até Porto Tibiriçá (SP), localizado nas margens do rio Paraná. O estado-maior revolucionário planejava continuar a viagem por via fluvial até o oeste paranaense, de onde tentaria entrar em contato com militares gaúchos simpatizantes do movimento. Em 25 de agosto, o destacamento de vanguarda da Divisão São Paulo iniciou a descida do rio Paraná, chegando à cidade de Guaíra (PR) em 14 de setembro e a Porto São Francisco no dia seguinte. Dessa localidade, partiu um esquadrão de cavalaria para Catanduvas (PR) e um batalhão para a vila de Foz do Iguaçu (PR), ocupadas em fins de setembro. Os contingentes de vanguarda passaram então a aguardar nessas posições a chegada do restante das tropas comandadas pelo general Isidoro, que haviam sido interceptadas por forças legalistas antes de chegarem a Guaíra. Com a superação desse obstáculo, o destacamento de vanguarda reiniciou em fins de outubro o avanço rumo ao leste, com o objetivo de ocupar Guarapuava (PR) e prosseguir até Ponta Grossa (PR).

Também em outubro, oficiais da Divisão São Paulo participaram da articulação de um levante de tropas gaúchas, deflagrado no dia 29 desse mês em guarnições sediadas em Uruguaiana, São Borja, São Luís, Santo Ângelo e Alegrete, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes. Essas unidades iniciaram então uma guerra de movimento no noroeste do Rio Grande do Sul e buscaram contato com as forças paulistas sublevadas.

Em fevereiro de 1925, Isidoro manteve conversações de paz com emissários do governo na cidade argentina de Posadas, na presença também dos deputados gaúchos João Simplício e João Batista Luzardo. Nessa ocasião, recebeu uma carta de Prestes que propunha a junção das suas forças com o contingente paulista estacionado no oeste paranaense, a fim de prosseguir a campanha militar adotando uma estratégia de deslocamento permanente. Pedia

a remessa de armas e munições para transpor o rio Iguaçu na região ao norte do Chopim (PR) e, em seguida, ocupar Mallet (PR), situada na retaguarda das forças governistas que operavam em Catanduvás, forçando sua retirada e permitindo o deslocamento das forças revolucionárias na direção leste. Isidoro respondeu que não dispunha de material bélico excedente e sugeriu que as forças rebeldes gaúchas transpusessem o Iguaçu acima da foz do rio Santo Antônio e fizessem a junção com os paulistas, na região de Benjamim (PR).

Em 27 de março, as tropas legalistas iniciaram um ataque maciço contra Catanduvás, onde se encontrava uma parte importante da Divisão São Paulo. Depois de dois dias de luta os revolucionários foram derrotados e forçados a se retirar. Isidoro chegou a Iguaçu no dia 30, vindo da Argentina, e em 2 de abril os destacamentos comandados por Prestes se juntaram aos paulistas no entroncamento de Benjamim. No dia 12 seguinte, Isidoro promoveu uma reunião do alto comando revolucionário, com a presença de Prestes, para discutir os rumos do movimento. Decidiram então prosseguir a campanha militar segundo o planejamento elaborado por Miguel Costa, que foi investido no comando da divisão revolucionária, passando Juarez Távora a chefiar as forças paulistas e permanecendo Prestes à frente dos gaúchos. Formou-se assim a Coluna Miguel Costa-Prestes, que nos anos seguintes percorreria grandes extensões do território brasileiro.

No fim do mês, a coluna penetrou em território paraguaio. Isidoro, que não participou da tomada dessa decisão, insistiu em acompanhar a coluna no retorno ao Brasil, mas foi convencido por seus companheiros a se fixar na Argentina, onde permaneceria colaborando com os revolucionários, por se achar muito idoso para participar do tipo de luta que se desenvolveria. No dia 30 de abril, a coluna regressou ao Brasil através da fronteira do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, e retomou, segundo Juarez Távora, “a grande marcha com que Prestes iniciara, no Rio Grande do Sul, a guerra de movimento, e que deveria prosseguir através de todo o Brasil”.

O PERÍODO FINAL DA COLUNA

Em julho de 1925, Isidoro recebeu através do coronel Filogônio de Carvalho uma carta do comando da coluna, que se encontrava em Goiás, relatando o andamento da luta e pedindo a remessa de armas e munições. Isidoro escreveu então a um correligionário que se encontrava no Rio de Janeiro, remetendo instruções para que esse material fosse enviado,

mas seu pedido não foi atendido. Em fins de outubro do ano seguinte, quando a coluna voltava a atravessar a planície goiana depois de percorrer diversos estados do Nordeste, Prestes e Miguel Costa decidiram enviar Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima à Argentina para consultar Isidoro sobre o prosseguimento da luta, pois os combatentes estavam muito desgastados. Os chefes da coluna desejavam também obter informações a respeito de um levante que Isidoro estaria articulando no Rio Grande do Sul.

Chegando a Paso de los Libres, na Argentina, em novembro de 1926, os dois emissários encontraram imediatamente Isidoro, o major Álvaro Dutra, o capitão Fernando Távora e os tenentes Ellen Salvaterra, Edgar Dutra e Alfredo Lemos. Nessa ocasião, Isidoro confirmou que estava preparando um movimento revolucionário em território gaúcho e pediu que a coluna, cuja combatividade excedera suas expectativas, continuasse a luta até a deflagração desse levante, pois, na sua opinião, a posse de Washington Luís na presidência da República em 15 de novembro não levaria a nenhuma mudança na política oficial. Caso não houvesse condições de prosseguir o combate, aconselhava a coluna a emigrar e dirigir-se posteriormente para o Sul, a fim de se aparelhar para retomar posteriormente as atividades militares.

A deflagração da revolta no Sul foi antecipada, sem o conhecimento de Isidoro, para o dia 14 de novembro. Iniciada em Santa Maria e seguida de levantes parciais em outras regiões do estado, todos rapidamente sufocados, ela ficou conhecida como a Coluna Relâmpago. Isidoro criticou severamente essa “precipitação”, considerando-a insensata. No dia 23 seguinte, despachou, através de Lourenço Moreira Lima, uma carta dirigida a Miguel Costa e Prestes pedindo que a coluna se mantivesse em armas por mais dois meses, aguardando a evolução da situação no Sul. Caso a posição dos revolucionários não melhorasse nesse período, poderiam emigrar e se dirigir para o Rio Grande do Sul a fim de continuar a luta ou preparar novas campanhas.

Em 3 de fevereiro de 1927, depois de dois anos e meio de marchas e combates e tendo percorrido cerca de 25 mil quilômetros, a coluna se internou na Bolívia. Seus principais líderes viajaram em seguida para Paso de los Libres, onde instalaram, junto com Isidoro, o quartel-general revolucionário, que passou a planejar novas ofensivas contra o governo brasileiro. Na qualidade de chefe supremo do movimento iniciado em 5 de julho de 1924,

Isidoro recebeu dos seus companheiros o título de “marechal da revolução”.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Em agosto de 1929 formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional apoiada pelas oligarquias dominantes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e por uma parcela significativa da jovem oficialidade do Exército. Esse movimento lançou o nome de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, para concorrer com o situacionista Júlio Prestes nas eleições presidenciais marcadas para março do ano seguinte. Ao mesmo tempo em que se preparavam para a disputa eleitoral, setores integrantes da Aliança Liberal começaram a sondar as possibilidades de deflagração de um movimento armado contra o governo federal em caso de fraude no resultado do pleito. Políticos oposicionistas como o paulista Paulo Nogueira Filho, os pernambucanos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti e o gaúcho Osvaldo Aranha iniciaram contatos sistemáticos com os militares exilados, sobre os quais Luís Carlos Prestes exercia grande influência. O antigo líder da coluna viajou para Porto Alegre em novembro de 1929, tendo recusado nessa ocasião a oferta de Vargas para que assumisse a chefia militar do movimento. Diante disso, os conspiradores aventaram outros nomes para essa função, inclusive o de Isidoro, que, com 64 anos de idade, foi considerado muito idoso. A escolha final recaiu então sobre o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

A vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 provocou a intensificação das articulações para o levante. No exílio, Isidoro apoiava esse projeto, ao contrário de Luís Carlos Prestes, que, em reunião realizada no início de maio, declarou-se adepto do comunismo e criticou seus companheiros por se aliarem a antigos inimigos. Prestes ressaltava também o caráter elitista da conspiração em curso, a seu ver incapaz de criar as condições para a realização das reformas de base de que o Brasil necessitava. Isidoro respondeu a essas ponderações afirmando sua descrença na capacidade das “massas” de governar o país.

O movimento armado foi deflagrado em 3 de outubro nos três estados em que a Aliança Liberal era mais forte, obtendo pleno êxito nas suas metas iniciais e se expandindo rapidamente. O estado-maior revolucionário do Sul entrou em contato com os exilados no Uruguai e na Argentina e, pouco depois, Isidoro chegou a Porto Alegre em companhia de

João Batista Luzardo. Na capital gaúcha, recebeu a visita de Joaquim Francisco de Assis Brasil, emissário de Vargas, que, antes de partir para a linha de frente, queria conhecer sua opinião sobre o movimento em curso. No dia 12, Vargas assumiu o comando das tropas que marchavam em direção ao Rio de Janeiro, instalando o quartel-general revolucionário em Ponta Grossa (PR).

A situação militar evoluiu de forma claramente favorável aos rebeldes em diversas regiões do país. Nesse contexto, oficiais de alta patente lotados no Distrito Federal passaram a articular um golpe militar contra o governo, finalmente deflagrado no dia 24 de outubro. Com a deposição de Washington Luís, foi constituída uma junta governativa provisória, a princípio não alinhada com os revolucionários, que determinou a passagem dos governos estaduais para as mais altas autoridades militares de cada região. Assim, a queda de Washington Luís não resolveu imediatamente o conflito de poder, pois a junta não estava claramente comprometida com a posse de Vargas na presidência, reivindicada pelos revolucionários. A chefia do governo de São Paulo coube inicialmente ao general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), que nomeou em 25 de outubro um secretariado composto predominantemente por políticos filiados ao Partido Democrático (PD), integrante da Aliança Liberal. No dia seguinte, Isidoro chegou à capital paulista a fim de assumir, em nome dos revolucionários, o comando da 2ª RM em substituição ao general Hastínfilo, que, excessivamente identificado com o governo deposto, teve que partir para o Rio de Janeiro, deixando a administração pública de São Paulo entregue a seu secretariado.

Vargas chegou a São Paulo no dia 28 de outubro e deu prosseguimento às difíceis negociações sobre a chefia do novo governo local. Setores ligados ao movimento tenentista e à cúpula revolucionária propunham o nome de João Alberto Lins de Barros, contrariando assim as pretensões do PD, que esperava a indicação do seu presidente, Francisco Morato, para o cargo. O acordo obtido pelo líder da revolução estabeleceu que o Executivo paulista permaneceria provisoriamente sem chefe, cabendo ao secretariado a responsabilidade pelos negócios do governo, enquanto João Alberto ficava como delegado militar da revolução no estado. Vargas partiu em seguida para o Rio, onde, depois de superadas as resistências iniciais da junta militar, tomou posse em 3 de novembro à frente do governo provisório.

O ACIRRAMENTO DAS TENSÕES EM SÃO PAULO

Pouco depois de empossado, Vargas ofereceu o marechalato a Isidoro, mas este recusou alegando já ser “marechal” da Revolução de 1924. Aceitou, no entanto, retornar ao serviço ativo do Exército no posto de general de brigada, através de um decreto especial do novo governo assinado em 9 de novembro. No dia 17 de novembro, quando ainda persistia o impasse sobre o governo paulista, Isidoro e Assis Brasil desfilaram em carro aberto pelas ruas da capital, ao mesmo tempo em que Francisco Morato e outros líderes do PD faziam comícios em vários pontos da cidade. Os membros do secretariado reivindicaram junto a Vargas a nomeação de Isidoro para a interventoria, alegando que ele detinha a confiança dos líderes paulistas. Entretanto, no dia 25 de novembro, o chefe do governo provisório nomeou João Alberto para o cargo, o que provocou um pedido coletivo de demissão do secretariado. Depois de algumas negociações essa decisão foi provisoriamente suspensa, mas nos dias seguintes as divergências se aprofundaram. Em 2 de dezembro, Vicente Rao, membro do PD, foi demitido da chefia de polícia pelo novo interventor, provocando um novo pedido de demissão — dessa vez concretizado — de todos os secretários de governo. Apreensivo com a evolução dos acontecimentos em São Paulo, Isidoro escreveu uma carta a Vargas em 29 de janeiro de 1931, criticando a política aplicada por João Alberto e Miguel Costa, que assumira o comando da Força Pública estadual. O velho general discordava dos princípios, do programa e das atividades da Legião Revolucionária, fundada pelos dois líderes tenentistas com o objetivo de promover o aprofundamento da revolução e defender um projeto antiliberalizante, adversário dos partidos tradicionais. Essa orientação oficial provocava o acirramento dos atritos entre o governo e as forças políticas paulistas e, nesse contexto, Isidoro não via sentido em permanecer à frente da 2ª RM. Seu pedido de demissão não foi considerado por Vargas, que o promoveu, em 19 de fevereiro de 1931, a general de divisão.

Nessa época, intensificou-se em São Paulo o movimento pela reconstitucionalização do país com a fundação, em 24 de fevereiro, da Liga Pró-Constituinte, que reunia membros do PD e do Partido Republicano Paulista (PRP). Em 6 de abril, o PD lançou um manifesto rompendo com João Alberto e propondo a formação de uma frente única pela Constituinte. Pouco depois, Isidoro compareceu a um banquete em homenagem a Macedo Soares, que contou com a presença dos mais destacados políticos paulistas. Nessa ocasião, o

homenageado proferiu violento discurso contra João Alberto e afirmou que Vargas o havia autorizado a revelar a próxima investidura de Isidoro na interventoria do estado. Segundo Renato Jardim, essa declaração foi rapidamente desmentida por Vargas.

Ainda em abril, Isidoro foi procurado por oficiais da Força Pública, que, junto com membros do PD, estavam organizando um levante para depor João Alberto e Miguel Costa. Comprometeu-se com eles a garantir a neutralidade das tropas subordinadas à 2ª RM, o que, segundo os conspiradores, seria o suficiente para deixar o governo federal diante do fato consumado da deposição do interventor. O movimento, deflagrado no dia 28 de abril, foi rapidamente sufocado, com a prisão de mais de duzentos revoltosos e a posterior transferência de vários oficiais do Exército para outras regiões do país. A substituição de Isidoro no comando da 2ª RM por Góis Monteiro, recém-promovido a general, provocou uma forte reação entre os políticos constitucionalistas, que organizaram comícios e distribuíram panfletos por toda a cidade, conclamando a população a se unir à luta contra o governo federal.

Afastado da 2ª RM, Isidoro, partiu para o Distrito Federal, onde foi convidado por Vargas para assumir a interventoria no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, condicionou a aceitação desse cargo à resolução da crise paulista, propondo ao chefe do governo que João Alberto e Miguel Costa fossem enviados para a Europa. Nos meses seguintes o movimento de oposição ao governo paulista aumentou, levando João Alberto a pedir demissão de seu cargo em 13 de junho de 1931. Laudo Ferreira de Camargo, ministro do Tribunal de Justiça, foi nomeado interventor com o apoio dos líderes do PD, iniciando um governo que durou cinco meses. Sua substituição em novembro pelo coronel Manuel Rabelo, comandante interino da 2ª RM, provocou o recrudesimento da campanha oposicionista, que reivindicava um interventor civil e paulista. Nessa época, ganhou força a ideia de deflagração de um levante armado contra o governo provisório. No Rio, Isidoro passou a discutir regularmente esse projeto com o coronel Euclides Figueiredo, formando, junto com os paulistas Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Júlio de Mesquita Filho e Aureliano Leite, o núcleo inicial da conspiração. Pouco depois da união do PD com o PRP na Frente Única Paulista (FUP), em 16 de fevereiro de 1932, Isidoro e Euclides começaram a elaborar o plano militar da revolta e iniciaram os contatos necessários à sua deflagração, procurando, entre outros, o general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar

de Mato Grosso e adepto da causa constitucionalista.

Em 2 de março, Vargas nomeou Pedro de Toledo para a interventoria paulista, cedendo parcialmente às pressões da FUP. A oposição se fortaleceu no fim desse mês quando a Frente Única Gaúcha (FUG) também rompeu com o governo provisório e se comprometeu a lutar ao lado dos paulistas em caso de confronto. Cedendo à pressão das forças constitucionalistas, Vargas assinou em 14 de maio o decreto de criação de uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição, marcando eleições para a Assembleia Constituinte para maio de 1933. Mesmo assim, a situação em São Paulo se radicalizou com a realização de grandes manifestações populares em 22 e 23 de maio contra a presença do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, no estado. Em seguida, Pedro de Toledo reorganizou seu secretariado, que passou a ser composto integralmente por elementos escolhidos pela FUP, e o “tenente” Miguel Costa foi substituído por Júlio Marcondes Salgado no comando da Força Pública. Com essa mudança o movimento constitucionalista passou a contar com o apoio do novo governo e da quase totalidade da força estadual.

Na condição de chefe geral da revolução, Isidoro se reuniu no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1932 com oficiais favoráveis ao movimento, propondo que o general João Gomes fosse substituído na chefia da articulação local pelo general Pantaleão Ferreira, o que não foi aceito. Sugeriu também que, depois da conquista de São Paulo pelos revolucionários, o comando da 2ª RM fosse entregue a um militar capacitado a dirigir as tropas constitucionalistas, o que também foi recusado, pois, segundo os participantes da reunião, deveria caber ao próprio Isidoro a direção do levante, previsto para o dia 20 de julho.

Os acontecimentos se precipitaram com a carta enviada pelo general Klinger ao novo ministro da Guerra, general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, acusando-o de inapto para o exercício do cargo. A carta chegou ao destinatário no dia 6 de julho, provocando a imediata reforma administrativa de Klinger. Convencido da necessidade de contar com o apoio das tropas estacionadas em Mato Grosso, Isidoro convocou uma reunião com os líderes do movimento, onde ficou definida a deflagração do levante na madrugada do dia 10. Pouco depois ocorreu nova antecipação de um dia na data prevista.

Em 9 de julho os chefes da revolta se reuniram para acertar os últimos detalhes do plano militar, que previa uma ocupação rápida da capital paulista, a adesão das guarnições

federais estacionadas no estado, e a mobilização subsequente das forças de outras regiões do país — notadamente Rio Grande do Sul e Minas Gerais — em apoio à causa constitucionalista. A partir dessas operações iniciais, os rebeldes começaram a marcha em direção à capital federal. Euclides Figueiredo, recém-chegado a São Paulo, foi designado por Isidoro para comandar o levante e assumir interinamente o comando da 2ª RM até a chegada de Klinger.

NA REVOLUÇÃO DE 1932

As ações militares foram iniciadas ainda no dia 9 de julho com a ocupação da Companhia Telefônica, do prédio dos Correios e Telégrafos e das rádios Record e Educadora. Durante a noite, a sede da 2ª RM foi cercada e, horas depois, ocupada, ao mesmo tempo que a mobilização civil crescia de forma notável, coordenada principalmente pelo MMDC, organização secreta criada em maio de 1932 para apoiar o movimento constitucionalista. No dia seguinte todas as forças militares de São Paulo estavam sob comando rebelde. Nessa ocasião, os chefes da revolução afastaram a ideia de organizar uma junta governativa chefiada por Isidoro, temendo romper a unidade interpartidária alcançada, e decidiram manter Pedro de Toledo à frente do governo revolucionário paulista. No dia 12, durante a solenidade de passagem do comando da 2ª RM para o general Klinger, recém-chegado a São Paulo, Isidoro afirmou que os revolucionários estavam lutando em defesa da dignidade, da honra e da disciplina do Exército, e pela libertação do povo.

O sucesso da revolta em São Paulo foi contrabalançado pelo fracasso da política de aliança com as forças de outros estados. O interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha permaneceu fiel ao governo provisório e manteve sob controle as tentativas de mobilização em favor dos rebeldes. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, onde Olegário Maciel ofereceu a Vargas sua cooperação na repressão aos paulistas, e as unidades favoráveis ao movimento foram neutralizadas. Dessa forma, ao invés de contar com aliados no sul de Minas, os constitucionalistas tiveram que enfrentar nova frente de combates nessa região, arcando sozinhos com todo o peso da guerra civil. Incapazes de avançar para além das fronteiras de seu estado, assumiram uma posição fundamentalmente defensiva durante o conflito, combatendo um inimigo que em todas as frentes se mostrava muito mais numeroso e melhor provido tecnicamente. No início de agosto, a resistência paulista começou a ceder,

perdendo o controle de várias cidades no setor sul para as forças legalistas. Em setembro, tropas mineiras ocuparam Itapira, Mojmirim e Amparo e, pouco depois, Campinas e Jundiaí sofreram bombardeio aéreo. No setor norte, os paulistas também recuavam.

Nesse contexto, Bertoldo Klinger e o coronel Herculano de Carvalho e Silva, comandante da Força Pública, começaram a negociar separadamente com Vargas a suspensão das hostilidades, levando à assinatura do armistício que, em 2 de outubro, selou a derrota da Revolução Constitucionalista. Em 1º de novembro, Isidoro foi deportado para Portugal junto com 77 líderes do movimento a bordo do navio *Siqueira Campos*, que atracou em Lisboa 17 dias depois.

DE VOLTA AO BRASIL

Isidoro retornou ao Brasil depois do decreto de anistia assinado em 29 de maio de 1934 por Vargas e aprovado em 5 de junho pela Assembleia Nacional Constituinte. A nova Constituição foi promulgada em 16 de julho, e no dia seguinte Vargas foi eleito presidente da República. Isidoro permaneceu na oposição do governo e, segundo relatório apresentado em dezembro de 1934 pela chefia de polícia do Distrito Federal, participou da articulação de novo movimento revolucionário junto com Klinger, Euclides Figueiredo e outros líderes da Revolução de 1932. A conspiração teria sido intensificada nesse mês, mas não resultou na deflagração de nenhum levante.

A partir de janeiro de 1935, elementos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), se integraram à conspiração, o que provocou o afastamento de alguns dos seus participantes. Em março foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que, sob crescente influência dos comunistas, liderou a oposição de esquerda ao governo Vargas (até seu fechamento, decretado em julho). O PCB passou então a preparar um levante armado cuja chefia foi oferecida a Isidoro, que declinou do convite, declarando-se contrário ao comunismo e a qualquer regime de força. A Revolta Comunista deflagrada em novembro de 1935 em Natal, Recife e no Rio foi rapidamente sufocada, sendo seguida por uma onda repressiva sem precedentes. O país viveu sob estado de guerra quase ininterrupto até novembro de 1937, quando Vargas implantou o Estado Novo. Nessa ocasião, apesar de completamente afastado da vida pública, Isidoro condenou o golpe e declarou ser um democrata partidário de um “governo do povo”.

Isidoro Dias Lopes faleceu no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1949. Era casado com Jacinta Barros Lopes, com quem teve um filho. A seu respeito, José Antônio Lopes escreveu *Isidoro — a um século do seu nascimento* (1965).

Vilma Keller

FONTES: CARNEIRO, G. *História*; CORREIA, A. *Rebelião*; DULLES, J. *Anarquistas; Eleitos; Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias; Jornal* (6/3/1931); LIMA, L. *Coluna*; LOVE, J. *Regionalismo*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1935; SPALDING, V. *Construtores*; TÁVORA, J. *Vida*.